

COMUNICADO DE IMPRENSA

Nacarôa realiza auscultação pública com apelos a reformas para uma governação inclusiva e democrática

Nacarôa, 12 de Outubro de 2025

O distrito de Nacarôa, na província de Nampula, acolheu neste sábado uma auscultação pública no âmbito do Diálogo Nacional e Inclusivo, uma iniciativa que decorre em todo o território moçambicano com o objetivo de recolher contribuições de varios segmentos da Sociedade sobre os principais desafios e caminhos para o fortalecimento da democracia e da boa governação no país.

O encontro, marcado por uma expressiva participação de membros do governo, representantes da sociedade civil, líderes comunitários, confissões religiosas e organizações de base, proporcionou um espaço de escuta ativa e de debate aberto sobre as reformas que o país necessita.

Durante as intervenções, os participantes destacaram a necessidade de revisão da legislação eleitoral, de modo a garantir maior transparência e equidade nos processos eleitorais. Também defenderam a independência do sistema judiciário, assegurando que a justiça funcione de forma imparcial e livre de interferências políticas.

Outra proposta amplamente debatida foi a redução dos poderes concentrados no Presidente da República, visando um equilíbrio mais justo entre os diferentes órgãos de soberania e o fortalecimento das instituições democráticas.

Os cidadãos sublinharam ainda a importância da distribuição justa da riqueza proveniente **dos** recursos naturais, apelando para que os benefícios da exploração mineral cheguem efetivamente à população.

Para tal, foi sugerido que os investidores instalem as suas indústrias em Moçambique, de modo que apenas os minérios já processados sejam exportados, contribuindo assim para a criação de emprego, o desenvolvimento local e o crescimento económico sustentável.

Os representantes da sociedade civil consideraram o Diálogo Nacional e Inclusivo uma oportunidade ímpar para que os moçambicanos encontrem, de forma pacífica e participativa, soluções concretas para os problemas que enfrentam, reforçando a unidade e o sentido de responsabilidade coletiva.

O Governo e as entidades organizadoras reiteram o compromisso de valorizar e integrar as contribuições recolhidas neste processo nas políticas públicas e reformas futuras, reconhecendo que o verdadeiro progresso do país depende da escuta e da participação ativa de todos os cidadãos.